

A economia política de J. M. Keynes*

Edward J. Amadeo**

“Homens práticos, que crêem estar livres de qualquer influência intelectual, são em geral escravos de algum economista defunto” (Keynes, 1936).

Este artigo analisa algumas das principais contribuições de Keynes sobre economia e política, e explora a relação entre estas duas dimensões de seu pensamento. A principal conclusão é de que Keynes, mesmo conhecendo o efeito das condicionantes políticas sobre o comportamento dos agentes econômicos, em particular dos *policymakers*, preferia crer na racionalidade das idéias e na prevalência destas sobre as decisões dos homens práticos. As principais obras pesquisadas são *The economic consequences of the peace*, *The general theory of employment, interest, and money* e *Essays on persuasion*.

Em um artigo sobre “o dilema do socialismo moderno”, publicado em 1932, Keynes profetizava que “nos próximos 25 anos, os economistas, no momento o mais incompetente, serão ainda assim o mais importante grupo de cientistas do mundo (...) e espera-se — se eles forem bem-sucedidos — que depois disto eles jamais sejam importantes outra vez” (Keynes, 1932). Apesar da cláusula conjetural (“se eles forem bem-sucedidos”), esta é, sem dúvida, uma profecia de otimismo e esperança. Keynes confiava na capacidade científica e racional dos economistas, sem entretanto olvidar as condicionantes políticas que invariavelmente ponteiavam a decisão dos agentes econômicos e, em particular, dos *policymakers*.

Até hoje pelo menos, sua profecia não se cumpriu. Os economistas continuam muito importantes, talvez não menos incompetentes. De fato, a década de 60 marcou o coroamento da economia keynesiana; porém, tanto do ponto de vista da evolução das economias domésticas e internacional quanto do ponto de vista acadêmico, a década seguinte viu a *débâcle* da ortodoxia keynesiana. As chamadas “políticas keynesianas” de dinheiro fácil e elevados déficits fiscais deram lugar a políticas de corte monetarista — na verdade muito semelhantes

* Todas as traduções no texto são de responsabilidade do autor.

** Professor assistente no Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

àquelas propostas pela ortodoxia da década de 30 à qual Keynes apresentou sua alternativa.¹

Não só no que se refere a políticas econômicas mas também no campo da teoria surgiram revisões do pensamento keynesiano. Foi com perplexidade que os economistas atentos à controvérsia macroeconômica ouviram ao longo da década de 70 frases como “somos todos keynesianos” (Friedman) ou “somos todos monetaristas agora” (Modigliani) ou, o que parecia ainda mais paradoxal, “Keynes não é keynesiano” (Leijonhufvud). Enquanto isso os keynesianos mais ortodoxos (Solow e Tobin) tentavam uma última batalha com os chamados “novos clássicos” (Lucas, Sargent e outros) para quem a teoria keynesiana carecia de fundamentos microeconômicos que, entre outras coisas, justificassem a hipótese fundamental para os seus resultados de que os salários nominais são rígidos.²

Keynes, ele mesmo, provavelmente, teria enfrentado o ataque à visão do mundo que, mal ou bem, levava seu nome de outra forma. Senão por outras razões, por ser um polemista que defendia suas idéias com astúcia e fina ironia. Eis apenas alguns exemplos. Nas discussões levadas a efeito no Macmillan Committee, segundo a descrição do Prof. T. E. Gregory, Keynes teria afirmado: “Se você não aceita a explicação do ciclo de crédito como eu a proponho, a alternativa é dizer que não existe qualquer explicação para o ciclo de crédito.”³ Em outra ocasião, em 1937, Richard Kahn enviou a Keynes um livro de Pigou, *Socialism versus capitalism*, cujas propostas já não diferiam tanto daquelas da *Teoria geral*. Após ler o livro, Keynes escreveu a Kahn: “Como no caso de Dennis [Robertson], quando o assunto diz respeito à prática, não há verdadeiramente tanta diferença entre nós. Por que será que eles insistem em manter teorias cujas conclusões práticas não estão de acordo? É como uma Sociedade para a Preservação de Monumentos Antigos.”⁴ Há ainda o caso de sua crítica às medidas adotadas por Churchill em 1925 relativas ao retorno do valor da libra esterlina à paridade com o ouro que vigorava antes da I Guerra. Keynes acreditava que tal objetivo somente seria alcançado através de uma profunda deflação de preços e salários, o que, necessariamente, exigiria uma política extremamente recessiva. Em seu artigo *The economic consequences of Mr. Churchill*, Keynes pergunta: “Por que [Churchill] fez uma coisa tão tola?” “Talvez”, continua Keynes, “porque ele não tem um julgamento instintivo que evite que ele cometa erros; em parte porque, na falta deste instinto, ele foi ensurdecido pelas vozes clamorosas das finanças convencionais; e, mais que nada, porque ele foi gravemente induzido em erro por seus especialistas” (Keynes, 1925, p. 249).

¹ Joan Robinson, em seu *What has become of the Keynesian revolution* (Robinson, 1973), oferece uma interpretação obviamente autorizada deste ponto.

² Ver Amadeo (1986a) para uma apresentação mais detalhada deste tema.

³ Citado em Johnson & Johnson (1978, 71).

⁴ Carta enviada a Kahn (reproduzida em Keynes, 1973).

Há inúmeros exemplos deste tipo. Nas várias atividades⁵ em que tomou parte, Keynes sempre manteve uma atitude polêmica. Não é surpreendente, portanto, que toda sua obra seja também muito polêmica. E é com uma proposição relativamente polêmica que inauguro a parte principal destas notas sobre a relação entre o pensamento político e o pensamento econômico de Keynes. O *Tratado sobre a moeda* e, principalmente, a *Teoria geral* são em geral vistos como contribuições à economia do curto prazo. No plano estritamente teórico, há quem conteste esta interpretação.⁶ No que se refere a propostas de política econômica, a visão convencional sugere que Keynes estava na realidade preocupado com problemas de desemprego cíclico e propunha políticas de *fine tuning*. Não há dúvida de que tal interpretação encontra respaldo textual nos escritos de Keynes. Há, porém, uma interpretação alternativa — que não exclui necessariamente a primeira — mas que empresta uma nova tonalidade ao trabalho de Keynes. Ao mesmo tempo, a interpretação que pretendo discutir aqui permite que se faça um paralelo entre o pensamento político e o pensamento econômico de Keynes.

Estaria Keynes preocupado com a possibilidade de a economia britânica estar caminhando — como de fato estava — para uma trajetória estagnacionista? Seu mestre Alfred Marshall já apontava para esta possibilidade quando escreveu *Social possibilities of economic chilvary* em 1907. Na própria *Teoria geral* há passagens que justificariam esta visão: entre “os traços marcantes de nossa experiência presente”, Keynes mencionava o fato de “oscilarmos (...) em torno de uma posição (...) apreciavelmente abaixo do pleno emprego” (Keynes, 1936, p. 254).

Vista a partir de uma perspectiva histórica, a obra de Keynes ratifica esta visão. Em seu livro *The economic consequences of the peace* (1919) ele se referia a duas “condições psicológicas instáveis” baseadas nas quais se sustentava o padrão de acumulação da economia européia na segunda metade do século XIX. A primeira dizia respeito ao comportamento das classes trabalhadoras que “aceitavam por ignorância ou falta de poder, ou eram compelidas, persuadidas, ou induzidas pelo costume, convenção ou autoridade, e a ordem bem estabelecida da sociedade a aceitar uma situação na qual elas podiam reclamar uma parcela muito pequena do bolo que elas, juntamente com a natureza e os capi-

⁵ A versatilidade de Keynes é, sem dúvida, algo assombroso em vista do traço unidimensional que caracteriza a vida do homem típico de nossa época. Eis aqui uma lista não-exaustiva de suas atividades: editor do *Economic Journal* entre 1911 e 1945, representante do Departamento do Tesouro na Conferência da Paz após a I Guerra, tesoureiro do King's College em Cambridge, presidente da National Mutual Life Assurance Society, membro do Macmillan Committee e representante da Inglaterra na Conferência de Bretton Woods. Para que não se imagine que apenas ao trabalho intelectual estava dedicada a vida de Keynes, vale a pena lembrar que Keynes fundou o Cambridge Arts Theater, que tinha como *hobby* a compra de livros antigos — à cata dos quais passava as tardes de sábado com o economista italiano Piero Sraffa nos sebos de Cambridge — e sua criação de porcos na fazenda em Tilton.

⁶ Ver, neste sentido, os trabalhos de Eatwell (1983) e Eatwell & Milgate (1983). Para uma apreciação crítica desta interpretação, ver Amadeo & Dutt (1986).

talistas, estavam cooperando para produzir”. A segunda condição dizia respeito às classes capitalistas, a quem era “dedicada a melhor parte do bolo e que eram teoricamente livres para consumi-la sob a condição tácita subjacente de que elas consumiriam muito pouco na prática” (Keynes, 1919, p. 12). O que garantia que os capitalistas poupariam e *acumulariam* uma parcela significativa de suas rendas era o fato de “preferirem o poder que o investimento lhes dava ao prazer do consumo imediato” (Keynes, 1919, p. 11). O outro fator era a atmosfera de normalidade e certeza que reinava na segunda metade do século XIX.

Em suma, a “época de ouro” por que passou a Europa se devia à desejável configuração caracterizada pelo perfil distributivo e vocação empreendedora das classes capitalistas. Era precisamente “a desigualdade na distribuição da riqueza que tornava possível aquela vasta acumulação de riqueza fixa e melhoramentos que distinguiram aquela época de todas as outras” (Keynes, 1919, p. 11).

Depois da guerra as condições de equilíbrio instável se romperam, levando o sistema a uma trajetória senão catastrófica, pelo menos a uma trajetória de estagnação que desabrochou na crise do final dos anos 20. Os fatores que levaram a esta rota são, em primeiro lugar, o fato de as classes trabalhadoras já não aceitarem o pacto social que prevalecia antes da I Guerra e, em segundo lugar, a mudança na atitude empresarial das classes capitalistas, que, menos confiantes no futuro, passaram a entesourar uma parcela significativa de suas rendas.

O próximo passo nesta análise encontra-se nas palestras apresentadas por Keynes na Universidade de Chicago, EUA, no ano de 1931. Ali suas atenções estão muito mais voltadas para o caso britânico. Ela chama a atenção para os efeitos deletérios do retorno ao padrão-ouro sobre a *performance* do setor exportador, e o investimento doméstico em capital fixo. Keynes demonstra ainda falta de confiança na eficácia de políticas monetárias desenhadas para reduzir a taxa de juros de longo prazo, assim com faria depois na *Teoria geral*. E recomenda finalmente a adoção de políticas de gasto público como forma de reduzir o desemprego, referindo-se inclusive ao trabalho de Kahn sobre o multiplicador do investimento.⁷

As palestras de 1931 não consideram, entretanto, o papel fundamental atribuído à distribuição de renda no *Economic consequences of the peace* e na *Teoria geral*. Na verdade, a mudança de rota da economia apontada em 1919 leva-a a um novo “regime” no qual, devido à atitude distinta das classes capitalistas, a distribuição de renda assume um novo papel. No antigo regime a distribuição de renda, se viesava para os lucros, não compromete a capacidade de acumulação da economia; ao contrário, favorece-a na medida em que há fatores que en-

⁷ Kahn (1931) procura demonstrar que o aumento de gastos públicos financiados, seja por crescimento do crédito bancário, seja pela emissão de títulos da dívida pública, tem o efeito de incrementar o nível de emprego; já os efeitos sobre o nível de preço, que, na época, supunha-se que fossem necessariamente positivos, dependiam do formato da curva de oferta. Para um estudo detalhado do mecanismo do multiplicador e das contribuições de Kahn e Keynes, ver Amadeo (1986b).

sejam a transformação de lucros em investimentos produtivos, reduzindo, assim, a possibilidade de interrupção do circuito renda-gasto. Levando ao limite, este regime caracteriza-se, pois, pela Lei de Say.

No novo regime, por diversas razões, a automaticidade da capitalização dos lucros não se verifica, alterando assim a funcionalidade da má distribuição de renda. Está em cheque a Lei de Say e passa a vigorar a “Lei de Keynes”, segundo a qual os níveis de emprego e utilização da capacidade dependem dos determinantes da demanda agregada e, em particular, da decisão de investir das classes capitalistas e da propensão a consumir a partir das diferentes fontes de renda. Segundo Keynes, na *Teoria geral*, “nas presentes condições o crescimento da riqueza, longe de depender da abstinência dos ricos, como é comumente suposto, tende a ser mais provavelmente impedido por ela”. E conclui: “uma das principais justificativas sociais para a desigualdade da riqueza fica, assim, removida” (Keynes, 1936, p. 373).

O que parece ser mais interessante notar é que Keynes, na verdade, apontou para existência de um segundo regime, um regime alternativo àqueles em que vale a Lei de Say, porém que não exclui nem do ponto de vista lógico nem tampouco histórico a validade desta lei. Havendo fatores psicológicos ou institucionais que justifiquem as hipóteses que lastreiam a Lei de Say, vale o velho regime e não o novo, onde impera a Lei de Keynes. Os keynesianos tendem a ignorar este ponto de relativização da contribuição de Keynes.⁸

Na *Teoria geral* Keynes estava claramente supondo, e na realidade propondo, a vigência do segundo regime. Sendo assim, sua preocupação principal era a incapacidade do sistema de gerar demanda capaz de prover empregos para uma parcela significativa da força de trabalho. Daí a razão para o Estado vir a influenciar a “propensão a consumir em parte através de seu esquema de taxaço, em parte através da fixação da taxa de juros”. Keynes, entretanto, duvidava da capacidade da política monetária de afetar a taxa de juros e, por isso, propunha uma “socialização de grande alcance do investimento” (Keynes, 1936, p. 318). Em várias outras passagens do livro, encontra-se referência explícita à necessidade de o Estado influenciar e até controlar a propensão a consumir e as decisões de investir. Esta era a posição do Keynes economista.

Parece interessante a esta altura explorar o posicionamento político de Keynes. Antes, porém, cabe rever a forma como Keynes tem sido classificado do ponto de vista político. Entre os economistas e politicólogos mais conservadores, Keynes tem sido apontado como um dos principais responsáveis — pelo menos na arena acadêmica — pelos problemas contemporâneos das economias capitalistas. Ele, afinal, propôs maior participação do Estado mesmo que ela fosse financiada pela emissão de moeda ou de títulos da dívida pública, cujos efei-

⁸ O Prof. Edmar Bacha cunhou o termo “Lei de Keynes” durante o Ciclo de Palestras Comemorativo do Cinquentenário da *Teoria geral*; realizado no Rio de Janeiro, ao chamar a atenção para outro livro de Keynes, *How to pay for the war*, onde a rigidez da oferta e excesso de demanda em uma economia em guerra tornam o velho regime o caso relevante.

tos, ainda segundo a interpretação mais conservadora, seriam a geração de pressões inflacionárias e o *crowding-out* do setor privado. No longo prazo, o crescimento da dívida pública tornaria o peso do Estado insustentável para a sociedade. Eis o que, afinal, se observa no capitalismo moderno dos EUA e Europa Ocidental: a dificuldade crescente dos Estados de financiar suas dívidas. Se Keynes na década de 20 anunciava o fim do *laissez-faire*, hoje seus críticos à direita propõem, como é sabido, o fim do *welfare State*. Entre os que se encontram à esquerda de Keynes, a crítica dirige-se evidentemente à natureza reformista de suas propostas. Se por um lado havia a proposta de aumentar a participação do Estado através de maior controle das decisões de gasto, por outro, tal intervenção deveria manter intactos os princípios fundamentais do sistema capitalista, a começar pela propriedade privada dos meios de produção. Que sua proposta era reformista (no sentido de buscar soluções que não alterassem os princípios básicos do sistema) fica claro a partir da defesa de Keynes de suas idéias: “eu defendo [o crescimento das funções do governo] (...) como a única maneira de evitar a destruição do sistema econômico vigente na sua integridade e como condição do funcionamento bem-sucedido da iniciativa privada” (Keynes, 1936, p. 380).

Como se via o próprio Keynes? Ele não era evidentemente um socialista.⁹ Keynes era um membro da elite intelectual e burguesa e, como tal, abominava o marxismo, tinha terror ao totalitarismo e via com reservas a atuação do Partido Trabalhista inglês. Senão vejamos. Quanto ao leninismo, sua posição não poderia ser mais dura:

“Para mim que fui criado ao ar livre sem a obscuridade dos horrores da religião, sem nada a temer, a Rússia Vermelha tem muito de detestável (...) eu não estou preparado para um credo que não dá atenção para o quanto destrói a liberdade e segurança da vida diária” (Keynes, 1931, p. 299).

Quanto aos escritos de Marx:

“Como posso aceitar uma doutrina que tem como bíblia (...) um livro-texto de economia obsoleto que eu sei que é não apenas errado do ponto de vista científico como também sem qualquer interesse ou aplicação para o mundo moderno?” (Keynes, 1931, p. 300).

Quanto a sua posição elitista:

“Como posso aceitar um credo que, preferindo a lama ao peixe, exalta o proletariado rude acima da burguesia e da *intelligentsia*, que, apesar de seus erros, é a qualidade em vida e certamente carrega as sementes de todo o desenvolvimento humano?” (Keynes, 1931, p. 300).

Quanto ao socialismo de Estado:

“Eu o critico (...) porque ele é, de fato, um pouco melhor que um sobrevivente empoeirado de um plano para resolver problemas de 50 anos atrás com

⁹ Não negamos obviamente que entre seus “seguidores” contemporâneos haja desde liberais de centro-direita (como os keynesianos norte-americanos) até socialistas (como alguns de seus seguidores em Cambridge, na Inglaterra).

base no entendimento errôneo de algo dito por alguém 100 anos atrás” (Keynes, 1931, p. 316)

Quanto a sua posição de classe:

“Para começar, [o Partido Trabalhista] é um partido de classe, e a classe não é a minha (...) a luta de *classes* me encontrará do lado da *burguesia* educada” (Keynes, 1931, p. 324).

Keynes sem dúvida se colocava ao lado do Partido Liberal, que, segundo sua percepção, “ainda é o melhor instrumento para o progresso futuro” (Keynes, 1931, p. 324-5). Suas propostas de regulação da economia pelo Estado faziam parte de uma agenda liberal progressista que não via saída para o capitalismo — ao menos para o capenga capitalismo inglês — a partir das premissas do *laissez-faire*. Este liberalismo deveria, de preferência, abster-se de posições classistas (Keynes, 1931, p. 329).

Do ponto de vista cultural, por outro lado, suas posições eram muito avançadas para a época. O exemplo mais marcante neste sentido era sua visão quanto à libertação da mulher. Keynes defendia a discussão no seio do Partido Liberal de temas como a participação das mulheres no sufrágio, o papel econômico da mulher, o controle da natalidade e o uso de anticoncepcionais. Quanto ao último ponto, argumentava Keynes que “ninguém deve supor que será a mulher trabalhadora aquela que se chocará com idéias de controle da natalidade e leis de divórcio (...) pois para elas estas coisas sugerem uma nova liberdade” (Keynes, 1931, p. 332).

Keynes jamais mencionou o fato de ser homossexual em seus escritos oficiais. Entretanto, hoje, depois de conhecida sua correspondência íntima, não resta dúvida quanto ao fato de que a homossexualidade era parte integrante de sua vida madura.¹⁰ Keynes tinha também fantasias e obsessões, que evidentemente influenciaram suas atividades de economista e homem público; entre elas, estava uma que talvez surpreendesse aos que o conheceram e deram testemunho de seu discernimento e altivez, o fato de sofrer da “obsessão de (ser) fisicamente tão repulsivo” (Keynes, apud Skidelsky, 1983, p. 169).

Este ensaio, porém, não se propõe a explorar os aspectos pessoais e psicológicos de Keynes. Busca tão-somente estabelecer uma relação entre o pensamento político e o pensamento econômico de Keynes e, neste sentido, sua conclusão principal é de que, apesar de ter opiniões fortes quanto à política, Keynes acreditava antes de mais nada na capacidade racional dos homens de resolverem seus problemas econômicos. É por demais conhecido seu testemunho de fé no poder das idéias e na precedência destas com relação às decisões práticas — ver a epígrafe deste ensaio.

¹⁰ Ver Skidelsky (1983) para a mais completa biografia de Keynes.

Referências bibliográficas

- Amadeo, E. J. Sobre salários nominais: as críticas monetarista e keynesiana à abordagem de Keynes sobre o mercado de trabalho. *Pesquisa e Planejamento Econômico*, 16 (2), 1986a.
- _____. Teoria e método nos primórdios da macroeconomia (III): a “revolução keynesiana” e a análise do multiplicador. Publicado neste número da *Revista Brasileira de Economia*, 1986b.
- _____. & Dutt, A. The post-keynesians and the neo-ricardian keynesians. Rio de Janeiro, PUC, 1986. mimeogr.
- Eatwell, J. The long-period theory of employment. *Cambridge Journal of Economics*, v. 7, 1983.
- _____. & Milgate, M., *Keynes's economics and the theory of value and distribution*. New York, Oxford University Press, 1983.
- Johnson, E. & Johnson, H. *The shadow of Keynes*. Chicago, The University of Chicago Press, 1978.
- Kahn, R. The relation of home investment to unemployment. *Economic Journal*, 41, 1931.
- _____. *The making of Keynes' General theory*. Cambridge, Cambridge University Press, 1984.
- Keynes, J.M. The economic consequences of the peace. London, Macmillan, 1919.
- _____. The economic consequences of Mr. Churchill. In: _____. *Essays in persuasion*. London, W.W. Norton, 1925.
- _____. *A treatise on money*. London, Macmillan, 1930. v. 1 e 2.
- _____. *Essays in persuasion*. London; W.W. Norton, 1931.
- _____. The dilemma of modern socialism. *Political Quarterly*, v. 3, Apr./June 1932.
- _____. *The general theory of employment, interest, and money*. London, Macmillan, 1936.
- _____. *How to pay for the war*. Reproduzido em: _____. *The collected writings of J.M. Keynes*. Edited by E. Johnson and D. Moggridge. London, Macmillan for Royal Economic Society, 1973. v. 9.
- _____. *The collected writings of J.M. Keynes*. Edited by E. Johnson and D. Moggridge. London, Macmillan for Royal Economic Society, 1973.
- Marshall, A. Social possibilities of economic chilvary. In: Pigou, C., ed. *Memorials of Alfred Marshall*. London, Macmillan, 1907.
- Robinson, J. What has become of the kenesian revolution? Presidential Address, section F. British Association, 1972. Reproduzido em: *After Keynes*. Oxford, Basil Blackwell, 1973.
- Skidelsky, R. *John Maynard Keynes: hopes betrayed, 1883-1920*. London, Macmillan, 1983.